

MEMÓRIAS ESCOLARES DE JOVENS NEGROS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS – CEFET/MG

Aniele Fernandes de Sousa Leão
Silvani dos Santos Valentim, Dr^a.

RESUMO

A forma como a história do Brasil tem sido construída e difundida, inferiorizando sujeitos e naturalizando preconceitos, tem impedido a formação de uma sociedade igualitária e originado uma variedade de discriminações que se revelam cotidianamente e atingem principalmente a parcela negra e pobre da nossa sociedade. Partilhando essa concepção a pesquisa em questão tem como proposta compreender as trajetórias escolares de jovens negros da Educação Profissional Técnica de nível Médio a partir de suas memórias sobre os caminhos percorridos até ingressarem no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG. As questões que norteiam esse estudo visam compreender o que levou esses jovens a optarem por essa modalidade de ensino, as estratégias utilizadas por esses para ingressarem na educação profissional, suas percepções sobre relações étnico-raciais, juventude, escolarização e trabalho. O estudo em questão apoia-se em Munanga e Gomes para compreender a presença do racismo na escola; em Saviani e Fonseca no estudo da educação profissional e para recorrer às memórias desses jovens busca subsídios nas obras de Thompson e Le Goff, utilizando a História oral fundamentada por Alberti e Ferreira como suporte metodológico.

PALAVRAS-CHAVES: Memória; Racismo; Juventude e Educação Profissional.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como proposta compreender as trajetórias escolares de jovens negros da Educação Profissional Técnica de nível Médio a partir de suas memórias sobre os caminhos percorridos até ingressarem no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG. Serão escolhidos para esse diálogo os alunos que efetivaram suas matrículas no 1º semestre de 2014, tendo em vista que as turmas em questão responderam o questionário de matrícula composto por novas categorias, como a cor. Além disso, a memória escolar desses jovens está mais próxima do tempo presente.

Estudos como os de Munanga (2005) e Gomes (2005) revelam que a escola é uma reprodutora do racismo visto que ela não se difere da sociedade em que está inserida. No

Brasil, existe um abismo entre negros e brancos que pode ser constatado observando as oportunidades do mercado de trabalho, o acesso a direitos como moradia, saúde e educação, entre outros. Essa desigualdade tem suas raízes no passado, mas são as ações do presente que impedem a ascensão da população negra e a promoção de oportunidades iguais para todos.

Para compreender as percepções raciais dos jovens negros pesquisados esse estudo partilha da concepção de Nilma Lino Gomes que compreende o termo raça a partir da seguinte perspectiva:

Apelar para a existência da 'raça' do ponto de vista da genética é, atualmente, cair na cilada do racismo biológico. Todos concordamos que 'raça' é um conceito cientificamente inoperante. Porém, social e politicamente, ele é um conceito relevante para pensar os lugares ocupados e a situação dos negros e brancos em nossa sociedade. (GOMES, 2003, p. 23)

O termo raça a partir da concepção social e política nos ajuda a compreender os lugares ocupados pelos negros e brancos em nossa sociedade. Munanga (2008) argumenta que definir quem é negro no Brasil não é uma tarefa fácil. Ser negro é uma questão de identidade e, vivenciado uma educação que não valoriza sua cultura e seu povo, alguns jovens negros não desejam afirmar essa identidade. Para Hall (2002) a cor do ser humano é uma categoria classificatória criada culturalmente e, partilhando da concepção de Munanga (2008), considera que essa classificação não é uma tarefa simples.

É nesta perspectiva que esta pesquisa visa compreender as trajetórias escolares dos jovens negros a partir de suas próprias memórias, discutindo a percepção racial desses, as estratégias para ingressarem na educação profissional, o motivo da escolha dessa área, enfim, diferentes questões que nos permitirão conhecer melhor a juventude negra matriculada no CEFET/MG. É importante ressaltar que essa pesquisa segue a nomenclatura utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) onde o termo negro corresponde a soma de pretos e pardos.

2 JUSTIFICATIVA

Nas salas de aulas de todo o Brasil crianças e jovens sofrem com o racismo e, não raramente, essa violência é ignorada e minimizada como "brincadeira de mau gosto". A desigualdade e as discriminações raciais presentes em nossa sociedade impede que jovens negros e brancos possam gozar das mesmas oportunidades.

A presença cotidiana do racismo na vida desses jovens é uma variável importante, que até mesmo determina que apenas uma pequena parte dos negros consiga romper as

fronteiras da desigualdade e conquistar melhores posições no mercado de trabalho ou ingressar em uma instituição de ensino cuja seleção requer intenso preparo educacional.

É nesta perspectiva que torna-se relevante compreender os caminhos percorridos pelos jovens negros até o ingresso na Educação Profissional Técnica de nível Médio. Identificando as estratégias e as dificuldades enfrentadas no preparado para ingresso no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Além disso, o CEFET/MG, embora tenha estudos que tratam da trajetória de seus antigos alunos, é carente de pesquisas que visem compreender seus jovens atuais e os caminhos percorridos por esses até o ingresso nessa instituição.

Através das memórias dos jovens negros poderemos compreender melhor o perfil da juventude negra que encontra-se matriculada no CEFET/MG. Centrando-se na memória desses jovens e na análise dos registros de matrícula essa pesquisa poderá investigar a percepção racial desses jovens dentro e fora da escola, discutir sobre os desafios enfrentados por esses, conhecer a escolarização e profissão e de seus pais, o motivo das profissões escolhidas por eles, compreender a escolha do curso e a perspectivas quanto a esse, saber a região em que vivem esses jovens, as escolas por onde passaram, entre outros. Estas questões irão nos permitir compreender o perfil desses jovens e poderá fomentar novas políticas de atenção e atendimento aos mesmos.

Ser negro no Brasil é vivenciar cotidianamente situações de desigualdade e discriminação. Nesse sentido a promoção de estudos como esse que visa compreender os jovens negros a partir de suas próprias memórias nos possibilitam a pensar como o racismo atua em nossa sociedade e como ele é percebido pelos sujeitos.

Esse racismo de marca difundido no campo da cultura acompanha todo o nosso processo de formação enquanto sujeitos. Em nossas casas, no nosso bairro, nas escolas que frequentamos, entre outros, vivenciamos um desenvolvimento cultural e social repleto de preconceitos e discriminações que em muitos momentos são tratados como naturais. Esses fatores impedem que negros e brancos tenham as mesmas oportunidades e denuncia a ausência de equidade racial na educação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

As bases teóricas que orientam essa pesquisa articulam os conceitos de memória, juventude, racismo e educação para dar subsídios para a compreensão da trajetória dos jovens negros estudantes da educação profissional técnica de nível médio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG articulando seus relatos orais a documentos oficiais que apresentam dados que colaboram com o aprofundamento da temática em questão.

3.1 Contexto histórico

A partir da constituição de 1988 podemos registrar muitos avanços em relação às discussões acerca do preconceito racial e a promulgação de leis que visam combater essa mazela e promover uma equidade racial em nossa sociedade. No Brasil o racismo é crime inafiançável e imprescritível desde a lei 7.716 de 1989..

Também é importante destacar a criação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, a Lei de Cotas, em 2012, e a promulgação da Lei 10639, de 2003, que obriga o ensino da história da África e da cultura africana nas escolas públicas e privadas de todo território nacional. As leis e a promoção de políticas públicas de combate ao racismo e promoção de equidade racial têm fomentado novas perspectivas para o povo negro brasileiro.

Em 2013 a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) revelou que 104,2 milhões dos brasileiros são pretos e pardos, o que corresponde a mais da metade da população do país (52,9%). Mas, embora a população negra seja maioria em nossa sociedade, o que se observa é que ela tem menos acesso a direitos fundamentais.

Observando indicadores sociais é fácil constatar a desigualdade racial que marca a sociedade brasileira. Em 2012 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) constatou que a possibilidade de um jovem negro ser vítima de homicídio é 3,7% maior do que a de um branco. No mercado de trabalho os negros ocupam majoritariamente os cargos de menor prestígio social e, observando o serviço público um estudo do IPEA, de 2014, revelou que 94% dos deputados e 87,7% dos auditores fiscais são brancos. Visando reduzir esse abismo entre negros e brancos foi aprovado recentemente na câmara uma lei que prevê que 20% das vagas nos concursos públicos sejam reservados a parcela negra da nossa sociedade. Ainda sobre o mercado de trabalho uma pesquisa do DIESSE, realizada em 2013, apontou que os negros representam 48,2% dos trabalhadores nas regiões metropolitanas, mas a média de salário chega a ser 36,1% menor que a de não negros.

A desigualdade entre negros e brancos também pode ser constatada a partir de outros indicadores como no acesso a tecnologia. O Mapa das Desigualdades Digitais no Brasil, publicado em 2007, divulgou que entre os brasileiros que têm computador 79,77% são brancos, 15,32% são pardos e 2,42% pretos e, quando considerado o acesso à internet a pesquisa revelou que a possibilidade de um branco ter acesso à internet é 167% maior que um negro.

3.2 Racismo e educação

É neste emaranhado de relações que educamos e somos educados na sociedade brasileira, nega-se preconceitos e racismos ao mesmo tempo em que imagens de subalternização são perpetuadas e difundidas na figura do negro. No mercado de trabalho, no acesso à saúde e educação, à cultura, enfim, os negros não usufruem das mesmas oportunidades que a parcela branca da nossa população.

A escola, que deveria ser um espaço neutro deste tipo de manifestação, colabora com a difusão e perpetuação destas mazelas. Gomes (2002) destaca que a escola é *“um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.”* (GOMES, 2002, p. 38). É diante desse cenário excludente que educamos e somos educados na sociedade brasileira. Alunos, professores e toda a comunidade escolar não estão livres do racismo e o reproduzem cotidianamente nesse espaço. Ainda segundo Gomes (1996):

A escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora. A escola é um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as. (GOMES, 1996, p. 69)

É nesse sentido que Gomes (2005) e Munanga (2005) têm defendido em pesquisas a presença do racismo na escola e a importância da promoção de ações de combate a essa mazela. Ao buscarmos na memória dos jovens negros suas percepções sobre a questão racial em sua vida temos a hipótese de que estes jovens terão a relatar situações de discriminação presenciada ou sofrida por eles.

3.3 Educação Profissional

A formação profissional no Brasil iniciou-se no período colonial com o ensino de ofícios para indígenas e escravos; intensificou-se com a descoberta do ouro, com a criação das casas de fundição que necessitavam de obra especializada para funcionarem, mas nesses locais eram os filhos dos senhores que aprendiam o ofício e, foi se modificando conforme a necessidade de mão de obra qualificada foi crescendo.

Desde a primeira vez que foi implantada no Brasil a educação profissional passou por profundas mudanças. De modo geral, a educação profissional era destinada às camadas menos privilegiadas e, segundo Fonseca (1961) essa situação fez com que o povo assimilasse formação profissional a pessoas pobres, negras ou com baixas oportunidades.

Mas, com o passar dos anos a educação profissional, ao tornar-se um campo estratégico para o desenvolvimento do país, passa a ser mais procurada pelos jovens que anseiam adquirir técnica para ingressar no mercado de trabalho, tornando a seleção para ingresso nessas instituições que oferecem a educação profissional muito mais concorrida e criteriosa.

Esse processo tem fomentado uma realidade em que as camadas menos favorecidas não conseguem ingressar nessa modalidade de ensino devido a desigualdade racial. A desigualdade social também é um fator importante. Os jovens pobres e das periferias estão do CEFET em número reduzido, somando aproximadamente 5% em uma pesquisa realizada pela instituição em 2010. Esses dados revelaram que a maioria dos alunos matriculados no CEFET eram homens e mulheres brancos de classe média. Nesta perspectiva a educação profissional tem recebido um público diferente daquele que se propôs a atender quando iniciada essa modalidade de ensino. Para compreender esse processo essa pesquisa apoiara-se em estudos como o de Fonseca (1961) e Saviani (2007).

3.4 Juventude

A juventude brasileira na atualidade partilha de outras concepções e oportunidades que as juventudes anteriores não tiveram legitimadas. Isso é resultado de uma nova concepção sobre o ser jovem e da garantia de direitos promovidos com novas leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. Para discutir a juventude na atualidade essa pesquisa se apoia na concepção de Dayrell (2007) que argumenta que:

Definir o que é ser jovem é uma exigência temerária, mas necessária. O temor é de que nos percamos ao buscarmos uma definição para expressar algo que tende a ganhar sentido nas interações sociais nas quais as diferentes idades se reconhecem e se distinguem. Sendo assim, partimos do princípio de que há recortes etários que se configuram através de agrupamentos de idades próximas cujas dinâmicas identitárias provocam um auto reconhecimento entre os indivíduos. Esses marcadores identitários próprios circunscrevem o que é ser a criança, o jovem e o adulto em um determinado tempo e espaço, ao conferir a seus integrantes um sentimento de unidade entre os que pertencem a um mesmo grupo em detrimento a outro grupo considerado não-jovem ou não-adulto. (DAYRELL, 2007, p. 1111)

Essa concepção de Dayrell (2007) sobre a juventude é muito interessante na medida em que não impõe um modelo de ser ou de compreender o jovem, mas nos faz refletir sobre as várias juventudes que existem hoje em nosso país. Embora partilhem de uma mesma faixa etária, os jovens trazem percepções, valores e culturas diferentes que nos impede de condiciona-los a uma única categoria do que é ser jovem hoje.

Nas escolas não raramente encontramos professores e coordenadores reclamando que não conseguem dialogar com essa juventude. Sobre essa situação, Dayrell (2007) ressalva que a escola oferecida aos jovens, salvo algumas exceções, não consegue dialogar com as novas concepções trazidas por estes. Para muitas jovens a escola se reduzir a uma obrigação, gerando uma crise entre professores e alunos.

Além disso, como já apontado anteriormente, a escola não está livre do racismo e das discriminações. Assim, esse espaço torna-se excludente na medida em que não consegue atender todos os jovens da mesma maneira. Os jovens negros sofrem com a mazela do racismo desde a educação infantil, impedindo que os mesmos usufruam das mesmas oportunidades que os alunos brancos.

Com a obrigatoriedade da escolarização básica a escola passou a receber um público cada vez mais heterogêneo. Entretanto, ainda não consegue conceber essas diferenças de forma igualitária. O diferente, o aluno negro, homossexual, deficiente, entre outros, ainda não tem garantida sua igualdade perante aos demais colegas. Esse processo faz com que esses jovens tenham um rendimento menor e as consequências disso podem ser percebidas para além dos muros da escola, quando observamos as diferenças sociais que marcam a juventude na atualidade.

4 INDICAÇÕES METODOLÓGICAS

Para compreender a trajetória dos jovens negros da educação profissional técnica de nível médio, essa pesquisa será fundamentada na história oral, que será utilizada como fonte e instrumento metodológico com o intuito de identificar na memória desses jovens questões que eles consideram pertinentes em relação às suas trajetórias. Alberti (1989) destaca que:

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. A história oral pode ser entendida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989: 52).

Os apontamentos de Alberti (1989) revelam a potencialidade da história oral enquanto metodologia de pesquisa. Nesse processo os jovens poderão compartilhar suas

memórias e trazer a público questões que poderiam ser invisibilizadas por outros procedimentos metodológicos.

Hobsbawm (1998) destaca que a memória do ser humano não é confiável. Ao colher o depoimento de uma mesma pessoa duas vezes é possível perceber que seu relato modifica-se. Nessa percepção ao trabalharmos com história oral estamos cientes que as informações coletadas nas entrevistas dos jovens negros correspondem a uma percepção em um dado momento histórico e que ao serem consultados novamente sobre o mesmo assunto os jovens certamente terão outras colocações e percepções sobre o mesmo processo vivido, pois concordamos com a concepção de Hobsbawm (1998) que entende que a memória como um mecanismo onde o indivíduo armazena as informações a partir de uma interpretação do fato e que com o passar do tempo passa a ser concebido de maneira diferente.

É importante ressaltar que não só a história oral, mas todo e qualquer outro documento e / ou fonte utilizada pela pesquisa histórica também é resultado da interpretação de uma pessoa. Deste modo, não só o uso da oralidade, mas toda fonte, deve ser examinada sob um rigoroso método de análise.

Ferreira (1998) argumenta que o desinteresse e desconfiança dos especialistas resistentes ao uso da história oral em suas pesquisas é resultado de formas arraigadas de compreender e conceber a história e a validade de suas fontes. Para Thompson (1992) compreende que a história oral fornece aos historiadores dados que a história “tradicional” não conseguiu suprir, e, se a sociedade contemporânea é palco da proliferação de diversas e novas fontes escritas isso não significa que a história oral possa ser descartada, mas sim, trabalhada em conjunto, fazendo com que uma fonte valide a outra, na medida em que apresentam as mesmas informações na forma de fontes diferentes.

Essa pesquisa fundamenta-se na perspectiva que as impressões dos próprios jovens sobre suas trajetórias pode trazer reflexões que dificilmente poderiam ser alcançadas por outras metodologias de pesquisas. Compreendemos que a história oral deve ser empregada em pesquisas contemporâneas, como é o caso dessa, onde os jovens não precisam recorrer a um passado muito distante para refletir sobre suas trajetórias. Entretanto, isso não impede que os depoimentos que serão tomados agora não possam servir de fonte para estudos futuros, quando os jovens já terão trilhado novos caminhos e terão outras considerações sobre o presente que será então passado.

Para a definição dos jovens entrevistados o primeiro passo será analisar os registros de matrícula do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais investigando os critérios estabelecidos por esta pesquisa. Serão selecionados prioritariamente os jovens autodeclarados negros, oriundos de escolas públicas, levando em consideração o gênero, a renda e a região em que vivem. Os mesmos serão convidados a participarem desta

entrevista fornecendo seu depoimento que será colhido a partir de uma entrevista semiestruturada. Na entrevista confrontaremos os dados obtidos na consulta ao registro e às respostas dadas pelos jovens, buscando compreender as trajetórias desses jovens.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BRASIL. MEC. SETEC. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível Médio** (em debate). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12924:artigos&catid=190:setec. Acesso em: 30 maio 2011.

DAYRELL, Juarez. **A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação e Sociedade, Vol. 28, n. 100 – Especial. p. 1105 -1128, out. 2007.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, M. M.; (org.), **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro, Diadorim/Finep, 1994.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Belo Horizonte, 2003 (Revista Brasileira de Educação, nº 23) Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico racial, inclusão e equidade na educação brasileira: Desafios, políticas e práticas**. Disponível em: www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf. Acesso em 15 de junho de 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, Raça e Gênero: Relações Imersas na Alteridade**. Cadernos Pagu (6-7), 1996, p. 67-82.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org). Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004, p. 17 – 34. Disponível em: www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Governo Fernando Henrique. **Construindo a democracia racial**. Brasília: Presidência da República, 1998.

ROSEMBERG, Fulvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. IN: AQUINO, Júlio G. (org.) **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas, São Paulo, Summus, 1998.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 82 p. (Primeiros passos)

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.